

GRÊMIO	Grêmio Social-Esportivo-Recreativo Sudeste: <u>Promoção da Cidadania e Defesa do Consumidor</u>
SER	Rua Bento Coelho da Silveira 267 - CEP 04330-080 S. Paulo - SP - Tel/fax: (11)5565-5322/5671-0121
SUDESTE	Internet: www.geocities.com/gremio_sudeste e-mail: gremio_sudeste@yahoo.com Vinculado ao Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública - COEP - www.geocities.com/coepdeolho

Informativo nº G05505

Ref.: Serra vai gastar R\$ 270 mil contra os direitos dos adolescentes.

S. Paulo, 14 de fevereiro de 2005.
Jabaquara - Cidade Livre

Serra vai gastar R\$ 270 mil contra os direitos dos adolescentes

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), responsável pelo Processo Eleitoral dos 35 Conselhos Tutelares, convocou uma reunião (14/02, às 10h, Rua Líbero Badaró, 119 - 2 andar) do seu Conselho de Orientação Técnica (COT) para que ele apresente "Parecer do projeto de Contratação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para as eleições dos Conselheiros Tutelares". O "projeto" vai custar R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fumcad).

Na reunião mensal do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDDCA), neste último sábado (12/02/05), a representante da Comissão Eleitoral declarou que o "contrato com o TRE" é para o uso de 620 urnas eletrônicas e uso das "listas oficiais dos eleitores que tiraram o título até 9/12/2004". Esse ilegal critério cassa o direito de voto dos 500 mil adolescentes de 16 a 18 anos que não têm título. Pior do que isso: não adianta tirar o título agora pois a "lista eleitoral" será a de 9/12/2004.

Curiosamente, ignoraram o fato de que o TRE chega até mesmo a registrar eleitores com 15 anos de idade (em anos eleitorais). Adolescente paulistano pode votar em presidente e até mesmo ser internado nos campos de tortura da Febem, mas não pode escolher os conselheiros tutelares que vão zelar pelos seus direitos.

Foi informado também que a "programação" ficará a cargo da Prodam (Companhia de Processamento de Dados do Município). Deverá ser indicados "novos" postos de votação, que não serão os mesmos das eleições gerais.

Das diversas informações apresentadas na reunião do Fórum, destacamos o que se segue:

1. A Comissão Eleitoral não faz ata de suas reuniões;
2. A lista de presença somente é assinada em algumas das reuniões da Comissão Eleitoral;
3. Somente a representante da Comissão Permanente dos Conselheiros Tutelares tem comparecido em nome da Comissão de Apoio (OAB/SP, Câmara Municipal, ACTESP - Associação dos Conselheiros Tutelares de SP);
4. Não foi deliberada pela Comissão Eleitoral a publicação do nome das entidades que "avalizaram" as candidaturas. A publicação destes nomes no Diário Oficial do Município induz os eleitores a acreditarem que as candidaturas representam a respectiva entidade.
5. Não existe dinheiro disponível para a promoção do Seminário de Capacitação dos Candidatos ao Conselho Tutelar.

Passados mais de 60 (sessenta) dias da publicação do Edital (Resolução 71/CMDCA/2004, de 09/12/2004), os paulistanos não sabem como será a votação que está marcada para 3 de abril de 2005. Também não foram respondidas perguntas básicas sobre esta eleição distrital, que terá voto facultativo:

1. Quem são os candidatos?
2. Quem são os eleitores?
3. Quais e quantos são os postos de votação?

Destacamos que o TRE cobrou "apenas" R\$ 30.000,00 para a eleição realizada em abril de 2002 quando também se impediu o voto dos adolescentes. Naquele ano, a prefeita sofreu diversas ações judiciais e um pedido de impeachment "Denúncia político-administrativa por violar direito da criança e do adolescente". A Comissão de Admissibilidade rejeitou a denúncia, acatando o parecer do relator "ad hoc", vereador Launndo (PT), o qual viria a ser "promovido" a corregedor da Câmara Municipal. Hoje, temos uma nova Câmara Municipal: o presidente está "sem partido" (saiu do PSDB após ameaça de expulsão) e o atual Corregedor é o vereador Wadih Mutran (PP).

Em resumo:

1. O governo Marta Suplicy gastou "30 dinheiros", algo em torno de R\$ 30 mil, para impedir o voto dos adolescentes paulistanos em 2002.
2. O governo José Serra vai gastar R\$ 270 mil do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente "para cassar o direito de voto de 500 mil adolescentes", impedindo que eles escolham os Conselhos Tutelares, órgãos encarregados de zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes.

Os adolescentes não poderão votar nas eleições dos 35 Conselhos Tutelares, mas poderão tirar o título de eleitor e oferecer denúncia político-administrativa contra o prefeito José Serra Chirico, nos termos do artigo 72 da Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOMSP) - Crime de Responsabilidade: "atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais" (letra "c", inciso "IV", artigo 73 da LOMSP).

Será que o atual prefeito vai cassar o voto dos adolescentes paulistanos?

Mauro A. Silva - "Contra os Abusos do Poder Público desde 13 de maio de 1995"

Fechar a Febem/SP. Diga não à tortura. - FecharFebem.cjb.net

